26°ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: ÉTICA E MEDIAÇÃO EM BIBLIOTECAS

GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE: *ETHICS AND MEDIATION IN LIBRARIES*

Marco Antonio Marcelino – Universidade Federal de Jataí (UFJ)
Maria Amélia de Souza Santos – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF), Campus Trindade
Anna Karla Souza da Silva – Faculdade Cesgranrio (FACESG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo analisa o papel das diretrizes institucionais para o uso da inteligência artificial generativa em bibliotecas universitárias, com ênfase na função mediadora do bibliotecário nos processos de orientação, formação e uso ético da informação na produção do conhecimento acadêmico. A pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, com delineamento de estudo de caso, tem como objeto empírico um manual institucional elaborado pelo Grupo de Estudos Sobre Ética e Inteligência Artificial de uma Universidade pública federal, analisado por meio de análise categorial temática. O referencial teórico articula competência em informação, ética informacional, mediação da informação e inteligência artificial em bibliotecas, com base em revisão bibliográfica em fontes da Ciência da Informação realizadas entre fevereiro e maio de 2026. Os resultados indicam que o manual apresenta consistência na delimitação de usos aceitáveis e na exigência de declaração de uso da IAG, em alinhamento com o Committee on Publication Ethics e a Portaria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico nº 2.664/2026. Conclui-se que a elaboração de diretrizes institucionais é um processo colaborativo e em construção, que requer formação continuada dos profissionais da informação e participação ativa da comunidade acadêmica para que o bibliotecário possa consolidar-se como agente estratégico de letramento crítico em inteligência artificial.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Bibliotecas Universitárias; Competência em Informação; Ética Informacional; Diretrizes Institucionais.

Abstract: This article analyzes the role of institutional guidelines for the use of generative artificial intelligence in academic libraries, with emphasis on the librarian's mediating function in the processes of guidance, training, and ethical use of information in the production of academic knowledge. The qualitative research, descriptive-exploratory in character and designed as a case study, takes as its empirical object an institutional manual developed by the Study Group on Ethics and Artificial Intelligence of a federal public university, analyzed through thematic categorical analysis. The theoretical framework

articulates information literacy, information ethics, information mediation, and artificial intelligence in libraries, based on a bibliographic review of Information Science sources conducted between February and May 2026. The results indicate that the manual presents consistency in delimiting acceptable uses and in requiring disclosure of GAI use, in alignment with the Committee on Publication Ethics and Ordinance No. 2.664/2026 of the National Council for Scientific and Technological Development. It is concluded that the development of institutional guidelines is a collaborative and ongoing process, requiring continuous training of information professionals and active participation of the academic community so that the librarian may consolidate their role as a strategic agent of critical literacy in artificial intelligence.

Keywords: Artificial Intelligence; University Libraries; Information Literacy; Information Ethics; Institutional Guidelines.

1 INTRODUÇÃO

Em muitas universidades e faculdades, ainda existem estudantes que nunca frequentaram uma biblioteca universitária e desconhecem os serviços de apoio à pesquisa, orientação bibliográfica e mediação da informação oferecidos por esses espaços (Silva; Santos, 2025). Como em outros marcos na historiografia da biblioteconomia, as bibliotecas universitárias desempenham um papel fundamental no meio acadêmico contemporâneo, atuando não apenas como locais de guarda de livros e acesso à informação, mas também como espaços de formação crítica, desenvolvimento de competências informacionais e apoio à produção científica.

Com o crescimento acelerado do uso da inteligência artificial generativa (IAG), a literatura tem apresentado discussões sobre possíveis mudanças no comportamento informacional dos estudantes, especialmente, no que se refere à acessibilidade, rapidez e eficiência disponibilizadas pelas interfaces dessas ferramentas. (Alves; Santos, 2026). Nesse sentido, Sampaio *et al.* (2023, p. 19) alertam para o risco de formar pesquisadores "com menor conhecimento detalhado das técnicas de pesquisa e, consequentemente, 'menos treinados' e 'menos habilitados', ainda que capazes de realizar tarefas mais rápidas e significativas."

Esse cenário evidencia novos desafios para as bibliotecas universitárias e para os profissionais da informação, especialmente no que se refere à mediação da informação no meio acadêmico, tendo em vista que a atuação do profissional bibliotecário é ainda mais estratégica diante da necessidade de orientar os usuários sobre o uso ético, crítico e responsável das ferramentas de Inteligência Artificial (IA), promovendo práticas de pesquisa fundamentadas em critérios de confiabilidade, validação científica e integridade acadêmica.

O avanço do uso da IAG nas produções acadêmicas tem gerado impactos diretos na produção científica, na autoria acadêmica e nos processos de ensino e aprendizagem, levando diversas instituições de ensino superior a elaborarem diretrizes institucionais, normas e regulamentações específicas para disciplinar o uso dessas ferramentas em trabalhos acadêmicos.

Em março de 2026, o CNPq publicou uma nova normativa, a Portaria nº 2.664, que instituiu a política de integridade da atividade científica. Nesta normativa o CNPQ estabeleceu como as IAs devem ser usadas nas produções científicas financiadas pela Instituição. Este estudo é voltado ao uso da IAG em bibliotecas universitárias, apresenta relevância científica e social ao contribuir para compreender como as bibliotecas podem funcionar como espaços de inclusão digital, mediação informacional e formação crítica de cidadãos em uma sociedade cada vez mais marcada pelo uso massivo de tecnologias inteligentes.

O objetivo geral deste trabalho é analisar, a partir do estudo de caso de um manual institucional elaborado por grupo de pesquisa vinculado a uma biblioteca universitária brasileira, como instrumentos normativos para o uso da inteligência artificial generativa podem contribuir para fortalecer a atuação mediadora do bibliotecário nos processos de orientação, formação e uso ético da informação na produção do conhecimento acadêmico.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) discutir os fundamentos teóricos da competência em informação, da ética informacional e da mediação da informação no contexto do uso da inteligência artificial generativa em ambientes acadêmicos; b) descrever e analisar o Manual Institucional de Uso de Inteligência Artificial elaborado pelo Grupo de Estudos Sobre Ética e Inteligência Artificial, a partir de categorias analíticas construídas com base no referencial teórico adotado; c) identificar pontos de consistência e lacunas no manual analisado, considerando os princípios de ética informacional, transparência algorítmica e mediação crítica; d) propor recomendações institucionais para o aperfeiçoamento de diretrizes para o uso da IAG em bibliotecas universitárias, com base nas lacunas identificadas. Nesse ínterim, a hipótese que orienta esta investigação é que a elaboração e a implementação de diretrizes institucionais para o uso da IAG fortalecem o papel mediador do bibliotecário ao promover competência informacional, uso ético da informação e práticas críticas de mediação tecnológica.

2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS

A IAG é considerada uma subárea da IA, que compreende um campo da Ciência da Computação que busca criar sistemas capazes de replicar atividades humanas, tais como aprendizado, raciocínio e tomada de decisões (Russell; Norvig, 2013). Conforme explicam Goodfellow, Bengio e Courville (2016), os modelos de aprendizado profundo permitem que sistemas computacionais aprendam representações complexas dos dados a partir de grandes volumes de informação, constituindo a base tecnológica de diversas aplicações contemporâneas de inteligência artificial.

A partir das evoluções das gerações anteriores de IA, que buscavam basicamente classificar e prever dados, as IAG destacam-se por utilizar modelos como os Large Language Models (LLMs) que produzem respostas fluentes, coerentes e contextualmente adequadas, criando a impressão de compreensão e raciocínio. Esses sistemas fundamentam-se no aprendizado de máquina (machine learning), que permite a identificação de padrões em dados, e o Processamento de Linguagem Natural (PLN), responsável pela interpretação de informações em linguagem humana.

Embora as IAG sejam percebidas pelos estudantes como ferramentas poderosas devido à plausibilidade formal de suas respostas, seu uso no ambiente acadêmico necessita de cautela. Conforme apontado por Bender *et al*. (2021), essas ferramentas podem apresentar imprecisões, vieses e ausência de fundamentação científica verificável. Além disso, a ocorrência de "alucinações", como a criação aleatória de autores e referências bibliográficas falsas, constitui um dos principais riscos ao uso acrítico. Portanto, sem a devida ponderação e rigor ético, a aplicação das IAG nos processos de produção científica torna-se nociva à integridade acadêmica.

2.1 TRANSFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS INFORMACIONAIS E A TENSÃO ENTRE AUTOMAÇÃO E MEDIAÇÃO HUMANA

O uso de IAG nos processos de trabalho das bibliotecas universitárias coloca-nos diante de uma tensão estrutural da área, que é: a relação entre a mediação humana e as tecnologias, e consequentemente, a automação dos serviços e produtos prestados pelas bibliotecas que, de modo geral, perpassa toda a historiografia da biblioteconomia.

Há mais de trinta anos, Buckland (1992, p. 21-22), apontava em seu livro "Redesigning library services: a manifesto" que os caminhos dos serviços catalográficos

quanto ao uso das tecnologias e da automação nas bibliotecas eram contínuos e inevitáveis. De forma que é importante considerar também os limites da substituição tecnológica no exercício da profissão bibliotecária.

É neste ínterim que podemos observar e participar de mais uma inflexão do fazer biblioteconômico, na qual, pela primeira vez, computadores conseguem simular linguagem e produzir respostas que se assemelham ao raciocínio discursivo humano, indo além da execução de tarefas nas bibliotecas e influindo diretamente na produção de conhecimento no meio acadêmico. Assim, é possível afirmar que, diante da inserção das IAG, torna-se essencial a mediação de bibliotecários qualificados para orientar o uso ético na produção de conteúdos gerados por padrões algoritmos.

2.2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E ÉTICA INFORMACIONAL NA ERA ALGORÍTMICA

A Association of College and Research Libraries (2016) definiu que competência informacional é um conjunto integrado de habilidades reflexivas que permite ao usuário descobrir a informação e o seu valor, compreendendo como ela é produzida. A IA não pesquisa fatos, mas sim gera respostas às perguntas por meio de sequências associativas de palavras, gerando assim possíveis respostas imprecisas e nas chamadas alucinações.

Assim, a competência informacional na era da IAG deve assumir novas dimensões, exigindo do estudante habilidades inéditas de letramento, como orientam Sampaio *et al*. (2023), sobre a capacidade de interrogar criticamente as respostas dos modelos generativos, reconhecer o fenômeno das alucinações, identificar vieses algorítmicos e distinguir entre o uso instrumental da IA como ferramenta de apoio e o uso indevido como substituta da autoria e do pensamento crítico.

A competência informacional no uso da IAG no ambiente acadêmico deve estar compulsoriamente vinculada à questão ética, devendo concentrar-se em três eixos: o primeiro relativo à autoria e à integridade científica; o segundo, à transparência e à declaração de uso; e o terceiro, à confiabilidade das fontes de informação. No âmbito internacional e nacional, já existem já possuímos definições estabelecidas por associações científicas, respectivamente pelo Committee on Publication Ethics (Committee on Publication Ethics, 2023) e pela Portaria CNPq nº 2.664/2026.

Entretanto, o uso de produções científicas criadas por IA, sem devida declaração, configura violação aos critérios de autoria intelectual, pois a IA não é e não pode ser

considerada autora, uma vez que lhe faltam as condições de responsabilidade moral, sobre os conhecimentos produzidos.

Todavia, ao articularmos os três eixos apresentados acima percebe-se a constituição da base conceitual que sustenta esta pesquisa: a competência informacional fornece os critérios para avaliar criticamente as respostas da IAG; a ética informacional delimita os usos legítimos e ilegítimos dessas ferramentas na produção acadêmica; e a mediação da informação situa o bibliotecário como agente capaz de traduzir esses princípios em orientação concreta aos usuários. É a partir desse entendimento e articulação que se constroem as categorias analíticas empregadas na seção cinco, permitindo verificar em que medida o manual institucional analisado incorpora, de fato, essas três dimensões.

3 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR

A incorporação da IAG em BUs ocorre gradativamente a partir do momento em que a tecnologia é implementada para todos por meio de computadores, tablets e smartphones, promovendo profundas transformações nos serviços informacionais, especialmente no que se refere à recuperação, organização e disseminação da informação. Ferramentas baseadas em IAGs vêm sendo utilizadas em sistemas de recomendação, indexação automática, chatbots de referência e análise de dados acadêmicos, ampliando a capacidade de atendimento dos serviços bibliotecários.

A discussão acerca da automação em relação à mediação humana torna-se central diante do avanço das tecnologias inteligentes nos ambientes informacionais. Apesar dos sistemas automatizados capazes de processar grandes quantidades de dados de forma rápida, a mediação da informação requer dimensões cognitivas, sociais e éticas que vão além da lógica algorítmica. De acordo com Gomes (2009), a organização do conhecimento deve considerar as relações conceituais e os contextos socioculturais envolvidos na produção e no uso da informação, aspectos que requerem interpretação crítica e sensibilidade humana.

3.1 COMPETÊNCIA CRÍTICA E TREINAMENTO DE USUÁRIOS

A competência crítica em informação envolve a capacidade de identificar desinformação, compreender vieses algorítmicos e avaliar a confiabilidade das fontes

utilizadas em pesquisas acadêmicas. A popularização de ferramentas generativas de IA, como assistentes conversacionais e sistemas de produção automatizada de texto, intensificou debates relacionados à ética informacional, autoria, plágio e veracidade dos conteúdos produzidos artificialmente, tornando o treinamento de usuários mais essencial e estratégico da atuação bibliotecária contemporânea.

O treinamento de usuário está na mesma esfera que a educação de usuários para alguns autores. Dudziak *et al*. (2000, p. 8) afirmam que "A educação de usuários é um termo abrangente que reúne vários tipos de ferramentas que vão desde a instrução, o treinamento, a apresentação de interfaces amigáveis, o marketing [...] até a orientação bibliográfica". Autores como Campello (2009) também situam o treinamento de usuários no campo mais amplo da educação de usuários.

No contexto da IAG, essas práticas ganham nova urgência: não basta orientar o usuário sobre como localizar fontes, mas também sobre como avaliar criticamente conteúdos gerados algoritmicamente, reconhecer alucinações e compreender os limites das ferramentas generativas. Tais atividades exigem interação constante entre bibliotecários e usuários, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico, bem como o fortalecimento de relações de confiança entre as partes.

Sob essa concepção de mediação próxima e contínua, o acolhimento pode ser compreendido, segundo Silva e Santos (2025), como uma postura proativa dos funcionários, que devem desenvolver atividades capazes de cativar o usuário e mostrar a ele que a biblioteca é muito mais do que um espaço de guarda de livros e documentos: é um local em que ele pode se sentir à vontade para frequentar sempre que desejar.

3.2 ORIENTAÇÃO ÉTICA E O BIBLIOTECÁRIO COMO AGENTE DE LETRAMENTO EM IA

O bibliotecário desempenha importante função educativa ao promover treinamentos de usuários, orientar sobre o uso responsável da IAG e estimular práticas de letramento informacional crítico. Dessa forma, as BUs deixam de ser apenas espaços de armazenamento de livros e consolidam-se como ambientes de aprendizagem, mediação e desenvolvimento de competências informacionais, tornando-se necessário que as instituições de ensino superior estabeleçam recomendações institucionais para regulamentar o uso da IAG em bibliotecas universitárias e em atividades acadêmicas.

Esse entendimento encontra respaldo no posicionamento da International Federation of Library Associations and Institutions (2025), que reconhece o papel estratégico das bibliotecas e de seus profissionais na promoção do uso ético e crítico da inteligência artificial, destacando que “Os bibliotecários têm a responsabilidade de maximizar os benefícios da IA para o acesso à informação, de forma equitativa, responsável e sustentável, bem como de questionar utilizações que sejam fundamentalmente antiéticas” (International..., 2025, p. 3-4).

4 METODOLOGIA

O objeto empírico da pesquisa é o Manual sobre uso de Inteligência Artificial, elaborado em formato de folder informativo por integrantes do Grupo de Estudos Sobre Ética e Inteligência Artificial. A escolha pela abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, com delineamento de estudo de caso, envolve a análise do manual, fundamentado em revisão bibliográfica sobre competência em informação, ética informacional, mediação da informação e inteligência artificial em bibliotecas universitárias, realizada entre fevereiro e maio de 2026, a partir de buscas nas bases de dados BRAPCI, SciELO e LISA, entre outras, e em documentos institucionais relacionados à integridade científica e ao uso ético de IA.

Para tanto, foram selecionadas palavras-chave utilizadas de forma combinada ou não no momento da busca, a saber: “inteligência artificial generativa”, “bibliotecas universitárias", “competência em informação”, "mediação da informação”, “ética informacional” e “integridade científica”.

Para a composição do referencial teórico, foram definidos critérios de inclusão e exclusão aplicados sistematicamente às bases consultadas. Foram incluídos artigos científicos, capítulos de livros e documentos institucionais publicados entre 2016 e 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem diretamente os descritores utilizados na busca.

Excluíram-se trabalhos de conclusão de curso de graduação, resumos de eventos sem texto completo disponível e publicações que, embora recuperadas pelos descritores, não apresentavam relação direta com o objeto de estudo após leitura do resumo. Foram mantidas, fora do recorte temporal, obras clássicas consideradas referências consolidadas e insubstituíveis para a fundamentação do tema: casos de Buckland (1992), Russell e Norvig

(2013) e Bardin (2016), cuja inclusão se justifica pela relevância histórica e pela ausência de substitutos equivalentes na literatura mais recente.

Reconhece-se, como limite metodológico, que uma das autoras desta pesquisa integra o grupo responsável pela elaboração do manual analisado, o que configura potencial conflito de interesse na análise. Para mitigar esse risco de circularidade, foram adotadas três estratégias concretas. Primeira: as categorias analíticas foram construídas exclusivamente a partir do referencial teórico externo ao processo de criação do manual, sem que nenhuma categoria emergisse do conhecimento prévio das autoras sobre as intenções dos elaboradores.

Segunda: a análise foi conduzida sobre o texto do manual tal como publicado e disponibilizado à comunidade acadêmica, sem acesso a versões preliminares ou justificativas internas do grupo elaborador, garantindo que o objeto analisado fosse o documento em sua forma pública, e não as intenções que o motivaram. Terceira: os resultados foram submetidos à comparação sistemática com a literatura da área em etapa posterior à codificação, de modo que as lacunas identificadas fossem referendadas por referenciais externos antes de serem incorporadas às conclusões. Essas estratégias não eliminam o limite apontado, mas conferem ao processo analítico transparência e verificabilidade compatíveis com os padrões da pesquisa qualitativa em Ciência da Informação.

Para a análise do manual, as autoras utilizaram a técnica de análise categorial temática, conforme Bardin (2016), a partir de categorias construídas com base no referencial teórico adotado. O processo analítico seguiu três etapas: pré-análise, com leitura do manual e organização do corpus; exploração do material, com codificação dos trechos segundo as categorias previamente definidas; e tratamento dos resultados, com interpretação orientada pelo referencial teórico.

As categorias analíticas construídas para análise do manual, abrangem os seguintes eixos: concepção de IA; usos éticos e antiéticos; declaração de uso; e papel do bibliotecário como mediador. A partir dessas categorias, foram identificados pontos de consistência e lacunas no documento, permitindo discutir o papel das BUs e dos bibliotecários na promoção do letramento crítico e ético em IAG.

Ao passo que, a construção de cada categoria analítica está ancorada em referenciais teóricos específicos, de modo a evitar que a codificação decorresse de impressões subjetivas das autoras sobre o manual. Assim, "Concepção de IA" fundamenta-se em Bender *et al.*

(2021) e Russell e Norvig (2013), quanto aos limites e à natureza técnica da IAG; "Usos éticos e antiéticos" deriva dos parâmetros do COPE (2023) e da Portaria CNPq nº 2.664/2026 sobre condutas aceitáveis na produção científica; "Declaração de uso" apoia-se na ACRL (2016) e em Sampaio *et al.* (2023), quanto à transparência no uso de ferramentas de IA. Por fim, "papel do bibliotecário" fundamenta-se em Gomes (2009) e Silva e Santos (2025), quanto à mediação crítica e ao acolhimento como postura profissional.

5 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA USO DA IAG EM Bus

O avanço da inteligência artificial generativa no ambiente acadêmico impõe às bibliotecas universitárias a necessidade de elaborar instrumentos normativos que orientem sua comunidade sobre usos éticos, responsáveis e tecnicamente fundamentados dessas ferramentas. A construção de diretrizes institucionais representa, nesse contexto, não apenas uma resposta regulatória, mas uma oportunidade de posicionamento estratégico das bibliotecas como espaços de mediação crítica e formação informacional. As subseções a seguir apresentam o manual analisado nesta pesquisa, descrevem sua estrutura e submetem seu conteúdo à análise categorial temática, com vistas a identificar consistências e lacunas em relação ao referencial teórico adotado.

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MANUAL

A ausência de instrumentos institucionais capazes de oferecer orientação clara, fundamentada em princípios éticos e científicos amplamente reconhecidos pela comunidade acadêmica, evidenciou a necessidade de elaboração de um material acessível e sistematizado. Buscou-se, assim, produzir um documento que contemplasse a diversidade de perfis presentes no contexto acadêmico institucional, sem perder de vista o rigor ético e normativo que o tema exige.

Esta pesquisa toma como objeto empírico avaliar o Manual Institucional de Uso de Inteligência Artificial, elaborado em colaboração com o Grupo de Estudos Sobre Ética e Inteligência Artificial de uma Universidade pública federal, em conformidade com a Portaria nº 2.664 de 6 de março de 2026, Política de integridade na atividade científica do CNPq que faz parte do capítulo Produção acadêmica e inteligência artificial: bibliotecas universitárias e bibliotecários como promotores de boas práticas aos discentes.

O manual foi produzido em formato de folder informativo com dois painéis, cujo desenvolvimento foi provocado pela crescente demanda de discentes e docentes por instruções práticas sobre como utilizar essas ferramentas de IAGs e sobre o que é ou não permitido, no âmbito da produção de conhecimento acadêmico.

No que se refere ao papel das bibliotecas universitárias nesse processo, Silva (2021, p. 156) destaca que "as bibliotecas universitárias podem ser transformadas em espaços de acolhimento com entusiasmo, empatia, atenção e respeito pela diversidade linguística, cultural e social, estas promotoras do bem-estar dos seus [...]".

5.2 DESCRIÇÃO DO MANUAL

O manual estrutura-se em dois eixos temáticos. O primeiro, dedicado ao uso ético e responsável da IAG, apresenta os seguintes princípios norteadores: a IA como ferramenta de apoio e não como substituta da autoria; a obrigatoriedade de declaração do uso na metodologia dos trabalhos, com indicação do nome da ferramenta, data de acesso e finalidade; a inadmissibilidade de textos gerados por IA sem declaração expressa; a primazia das bases de dados científicas sobre as ferramentas de IAG como fontes de informação; e a centralidade da revisão humana sobre todos os resultados produzidos pela IA.

O segundo eixo, voltado aos usos possíveis da inteligência artificial no contexto acadêmico, delimita quatro categorias de uso permitido: correção ortográfica e gramatical; tradução de textos com revisão posterior; elaboração de estatísticas descritivas a partir de dados fornecidos pelo pesquisador; e criação e organização de elementos visuais, como quadros, figuras, tabelas e gráficos.

5.2.1 ANÁLISE POR CATEGORIAS

Com base na estrutura descrita, a análise do manual à luz do referencial teórico adotado permite identificar quatro categorias analíticas: concepção de IA; usos éticos e antiéticos; declaração de uso; e papel do bibliotecário como mediador. O Quadro 1 sintetiza os pontos de inconsistência e as lacunas identificadas em cada categoria:

Quadro 1 – Categorias de análise do manual institucional: consistências e lacunas

CATEGORIAS	PONTOS DE CONSISTÊNCIA	LACUNAS IDENTIFICADAS

Concepção de IA	IA definida como ferramenta de apoio; recusa de seu estatuto como fonte científica ou autora.	Não diferencia tipos de modelos de IAG nem seus níveis distintos de confiabilidade.
Usos éticos e antiéticos	Enumera claramente usos aceitos; condena textos gerados por IA sem declaração.	Não aborda vieses algorítmicos nem implicações do uso de dados acadêmicos no treinamento de modelos.
Declaração de uso	Exige declaração na metodologia com nome da ferramenta, data e finalidade; alinhado ao COPE (2023) e à Portaria CNPq nº 2.664/2026.	Não oferece modelo de parágrafo de declaração, dificultando a operacionalização pelos estudantes.
Papel do bibliotecário	Posiciona a biblioteca como espaço de orientação; convida ao suporte presencial.	Não explicita as competências específicas do bibliotecário para mediar o uso da IAG.

Fonte: elaboração própria (2026).

A leitura integrada das quatro categorias permite avaliar em que medida o manual confirma ou tensiona a hipótese orientadora desta pesquisa. Os elementos que sustentam a confirmação parcial concentram-se nas categorias "declaração de uso" e "usos éticos e antiéticos”: o manual exige declaração na metodologia com indicação de ferramenta, data e finalidade, em alinhamento com o COPE (2023) e a Portaria CNPq nº 2.664/2026, e delimita com clareza os usos aceitos e os inadmissíveis, o que constitui avanço concreto na direção de uma cultura institucional de uso responsável da IAG. Nesses aspectos, a diretriz efetivamente contribui para orientar o comportamento informacional dos usuários.

Por outro lado, os elementos que impedem a confirmação plena da hipótese concentram-se nas categorias "concepção de IA", "usos éticos e antiéticos" e "papel do bibliotecário". O manual não diferencia tipos de modelos de IAG, não aborda vieses algorítmicos e não explicita as competências específicas do bibliotecário para mediar o uso da IAG, que são consideradas dimensões centrais para a mediação crítica que a hipótese pressupõe.

A ausência de discussão sobre vieses algorítmicos constitui lacuna significativa, uma vez que Bender *et al.* (2021) alertam que modelos de linguagem reproduzem e podem amplificar preconceitos presentes nos dados de treinamento, exigindo do usuário acadêmico capacidade crítica que o manual não instrumentaliza.

De modo semelhante, a lacuna quanto ao papel do bibliotecário revela-se preocupante à luz da IFLA (2025), que atribui ao profissional a responsabilidade de questionar usos antiéticos da IA, e de Sampaio *et al.* (2023), que defendem políticas claras

para garantir qualidade na pesquisa acadêmica. O documento não explicita as competências específicas do bibliotecário para mediar o uso da IAG, revelando uma lacuna entre o papel que se atribui ao profissional e os instrumentos concretos disponibilizados para que ele o exerça.

5.3 RECOMENDAÇÕES INSTITUCIONAIS E IMPACTOS ESPERADOS

Com base nas lacunas identificadas na análise categorial do manual, apresentam-se a seguir recomendações voltadas ao aperfeiçoamento das diretrizes institucionais para o uso da IAG em bibliotecas universitárias. Essas recomendações não se limitam à regulamentação do uso das ferramentas, mas alcançam dimensões educativas, éticas e organizacionais que precisam orientar a atuação das bibliotecas universitárias no contexto acadêmico contemporâneo.

Quadro 2 – Recomendações institucionais derivadas das lacunas identificadas

RECOMENDAÇÃO	LACUNA CORRESPONDENTE	CONTEÚDO DA RECOMENDAÇÃO
1. Participação ativa na construção	Papel do bibliotecário	Elaboração das diretrizes com participação ativa dos profissionais da informação, ao lado de docentes, discentes e gestores acadêmicos. Garantir que os bibliotecários sejam protagonistas e não apenas público-alvo do processo de construção normativa é condição para que as competências mediadoras específicas sejam nomeadas, descritas e incorporadas ao documento institucional, e não apenas pressupostas.
2. Explicitação de instrumentos e limites	Concepção de IA; usos éticos e antiéticos	Definição explícitas das políticas institucionais de quais instrumentos legais e normativas de boas práticas serão adotados como referência, em quais situações cada ferramenta poderá ser utilizada e quais os limites dessa utilização, incluindo orientações sobre vieses algorítmicos e proteção de dados acadêmicos. A ausência dessas especificações contribui para a insegurança dos usuários e fragiliza a integridade dos processos acadêmicos.
3. Modelos concretos de declaração	Declaração de uso	Identificou-se que o manual avança ao exigir declaração na metodologia com nome da ferramenta, data e finalidade, em alinhamento com o COPE (2023) e a Portaria CNPq nº

		2.664/2026. Contudo, o documento não oferece nenhum modelo de parágrafo que exemplifique como essa declaração deve ser redigida na prática. Essa ausência transfere ao estudante a tarefa de interpretar e operacionalizar um requisito normativo sem referência concreta, o que tende a gerar inconsistências e declarações inadequadas. Recomenda-se que o manual apresente ao menos dois modelos de parágrafo de declaração: um para uso instrumental da IAG, como revisão gramatical ou tradução, e outro para uso analítico, como organização de dados ou suporte à escrita, com indicação explícita dos campos obrigatórios: nome da ferramenta, versão quando disponível, data de acesso e finalidade específica.
4. Capacitação continuada	Condicionante central da hipótese	Previsão, pelas diretrizes institucionais, de ações permanentes de capacitação dos profissionais da informação, de modo a garantir a atualização contínua de suas competências mediadoras.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A quarta recomendação dialoga diretamente com o que defendem Sampaio *et al.* (2023, p. 20):

> É fundamental que governos e instituições acadêmicas estabeleçam políticas e diretrizes claras para o uso de IAs com o intuito de garantir qualidade na pesquisa acadêmica. Isso inclui a definição de padrões éticos e responsáveis, a exigência de transparência nas decisões tomadas pelas IAs e a promoção de colaboração internacional para desenvolver soluções mais inclusivas e adaptáveis às diversas realidades acadêmicas [...].

A aplicabilidade dessas recomendações pode depender de sua inclusão a fluxos institucionais concretos, e não apenas de sua formalização textual. Seguindo o que aponta a IFLA (2025), a implementação efetiva requer que bibliotecários atuem em conjunto com núcleos de ensino, comissões de ética em pesquisa e coordenações de curso, de modo que as diretrizes não permaneçam restritas ao ambiente da biblioteca, mas alcancem o cotidiano da orientação acadêmica. Nesse sentido, Alves e Santos (2026) observam que a efetividade de documentos normativos sobre IA nas universidades brasileiras está condicionada à existência de canais permanentes de divulgação e capacitação, sob risco de o manual tornar-se instrumento pouco conhecido ou subutilizado pela comunidade a que se destina.

As recomendações aqui propostas, pressupõem ações institucionais de médio prazo, como por exemplo por meio de oficinas de capacitação, inclusão do tema em disciplinas de

metodologia científica e revisão periódica do próprio manual regularmente, e não apenas sua publicação como documento estático. A implementação dessas recomendações poderá contribuir para que as bibliotecas universitárias se consolidem como espaços de referência ética e crítica no uso das IAGs, fortalecendo seu papel estratégico na formação acadêmica e na preservação da integridade científica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o papel das diretrizes institucionais para o uso da Inteligência Artificial Generativa em bibliotecas universitárias, considerando a atuação mediadora do bibliotecário nos processos de orientação, formação e uso ético da informação na produção do conhecimento acadêmico. A partir da análise das autoras de um manual institucional elaborado pelo Grupo de Estudos Sobre Ética e Inteligência Artificial, foi possível identificar avanços significativos, bem como lacunas que apontam para a necessidade de aperfeiçoamento contínuo das políticas institucionais.

Os resultados evidenciam que, embora o manual analisado estabeleça diretrizes claras quanto à declaração de uso e à delimitação de usos aceitáveis da IAG, ainda são ausentes orientações mais específicas, sobre: vieses algorítmicos, modelos de declaração operacional e explicitação das competências mediadoras do bibliotecário. O manual analisado avança nessa direção ao exigir declaração de uso e ao delimitar usos aceitáveis com clareza de acordo com as categorias postas no Quadro 1.

As conclusões aqui apresentadas referem-se ao documento específico analisado e devem ser lidas à luz do delineamento de estudo de caso, de caráter descritivo-exploratório, adotado nesta pesquisa, e não como diagnóstico do campo. Estudos futuros poderão ampliar o corpus de análise, incluindo manuais de diferentes tipos de instituições e regiões, bem como investigar os impactos efetivos dessas diretrizes sobre o comportamento informacional dos usuários e sobre a atuação cotidiana dos bibliotecários.

O manual analisado aponta para esse papel ao posicionar a biblioteca como espaço de orientação, mas evidencia, ao mesmo tempo, que as competências específicas do profissional em questão para mediar o uso da IAG ainda carecem de explicitação sistemática nas políticas institucionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn Rosalina Gama; SANTOS, William de Souza. Orientar ou regular? Análise dos documentos oficiais das universidades públicas brasileiras sobre o uso das IAGs. **SciELO Preprints**, 2026. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/16234. Acesso em: 5 jun. 2026.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ALA/ACRL, 2016.

BARDIN, Laurence. A**nálise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENDER, Emily M.; GEBRU, Timnit; McMILLAN-MAJOR, Angelina; SHMITCHELL, Shmargaret. On the dangers of stochastic parrots: can language models be too big? *In*: ACM CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY, AND TRANSPARENCY, 2021, Virtual. **Proceedings** [...]. New York: ACM, 2021. p. 610–623. Disponível em: https://s10251.pcdn.co/pdf/2021-bender-parro ts.pdf. Acesso em: 3 maio 2026.

BUCKLAND, Michael. **Redesigning library services: a manifesto**. Chicago: ALA, 1992.

BRASIL. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)**. Portaria nº 2.664, de 06 de março de 2026. Institui a Política de Integridade da Atividade Científica. Brasília: CNPq, 2026. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775. Acesso em: 27 abr. 2026.

CAMPELLO, Bernadete Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26350009_O_movimento_da_competencia_informacional_uma_perspectiva_para_o_letramento_informacional Acesso em: 27 abr. 2026.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS. **Authorship and AI tools**: COPE position statement. [*s. l.*]: COPE, 13 fev. 2023. Disponível em: https://publicationethics.org/guidance/cope - position /authorship- and-ai-tools. Acesso em: 10 maio 2026.

GOMES, Hagar Espanha. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Pesq. Bras. Ci. inf**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 60-88, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/169. Acesso em: 3 jun. 2026.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana *et al*. Educação de usuários de bibliotecas universitárias frente à Sociedade do Conhecimento e sua inserção nos novos paradigmas educacionais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2000.

GOODFELLOW, Ian; BENGIO, Yoshua; COURVILLE, Aaron. **Deep learning**. Cambridge: MIT Press, 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Ponto de partida da IFLA para as bibliotecas e a IA: Manifesto sobre Internet – Anexo I**. Tradução de

Zaira Regina Zafalon e Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli. Haia: IFLA, 2025. Disponível em: https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/7125 Acesso em: 3 maio 2026.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. *et al.* Chat GPT e outras IAs transformarão a pesquisa científica: reflexões sobre seus usos. **Revista de Sociologia e Política**, São Paulo, v. 32, 008, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1 678-98732432e008 Acesso em: 23 abr. 2026.

SILVA, Patrícia Oliveira. Práticas de comunicação científica intercultural na capacitação de doutorandos para a academia internacional. *In*: SEQUEIROS, Paula; CARVALHO, Maria José Paiva Fernandes; CAPINHA, Graça (org.). **A Investigação e a Escrita**: Publicar sem Perecer. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. p. 239-269.

SILVA, Anna Karla; SANTOS, Maria Amélia de S. Acolhimento em bibliotecas universitárias: projeto #Bibliotecou. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS 23., 2025, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: SNBU, 2025. Disponível em: https://portal.febab.org.br/snbu2025/article/view/3925. Acesso em: 23 abr. 2026.

RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2013.